



Eliane Cantanhêde Caldeirão fervente

E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede

Assim como o governo prometeu e dificilmente entregará o déficit zero em 2024, vai ficando cada vez mais difícil, deslizando para o improvável, a votação da regulamentação da reforma tributária. Tão louvada, a reforma pode chegar incompleta a 2025 e a culpa é tanto do governo quanto do Congresso, que insiste em guerrear também com o STF e contra a própria imagem.

O governo tem culpa por ter perdido o timing. Fernando Haddad, da Fazenda, ficou confrontando o Congresso com a MP que reonerava a folha de pagamentos e o setor de eventos, foi obrigado a recuar dos dois e

negligenciou a regulamentação da reforma tributária. Agora, Haddad promete enviar os projetos de regulamentação da reforma até o fim de março, mas...

Depois da abertura do ano legislativo, veio carnaval, agora vêm Semana Santa, janela para troca-troca de partidos sem punição e desincompatibilização de prefeitos e ministros candidatos em outubro. E tem mais: festas de São João em junho e julho, atrairdo bancadas inteiras, principalmente do Nordeste, e começa o recesso de julho.

E quando votar? Se não for agora, no segundo semestre vai ficar tão ou mais difícil, justamente por causa das eleições.

Assim, a reforma, se andar, será entre o segundo turno e o Natal. Isso, claro, se houver boa vontade dos presidentes da Câmara, Arthur Lira, do Senado, Rodrigo Pacheco, e dos líderes.

Difícilmente a reforma tributária será regulamentada em 2024. Culpa do governo e Congresso

O governo errou com a demora e o Congresso fez birra, como aprovar a deputada considerada mais radical da oposição, Carolinne de Toni (SC), para a presiden-

cia da "mãe das comissões", a CCJ, e o deputado e "influencer" Nikolas Ferreira (MG) para a de Educação. Lira lavou as mãos, usando uma comparação que fez para Lula na última conversa olho no olho: a de que age como um presidente de sindicato (que Lula conhece bem) e tenta convencer os "sindicalizados", mas é obrigado a acatar decisões e regras: o PL tem o maior número de deputados, logo, direito a escolher as comissões.

Objetivamente, sim, mas Lira, quando quer, é muito convincente e soube atrair o Centrão para a aprovação da pauta econômica do governo no ano passado. Como vai sair da presiden-

cia em 2025 e não abre mão de fazer o sucessor, agora está mais preocupado em atrair PL e Centrão para seus próprios projetos do que para a pauta do governo. E exige o fim do veto às emendas de comissão.

O Congresso está um caldeirão fervendo, com a Câmara nomeando nomes absurdos para postos-chave e pressionando Lula, enquanto o Senado confronta o STF pela distinção entre porte e tráfico de maconha. A pauta econômica está em risco e a vítima não é Haddad, Lula ou o governo, mas o País. ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELBORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONews EM PAUTA

SE6. Carlos Pereira e Diego Schelp (quizenalmente) • TER. Eliane Cantanhêde • QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quizenalmente) • QUL. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Comissão de Ética

Ministra da Cultura fechou contratos para shows pagos com verba pública

Colegiado deu decisões conflitantes e liberou a participação de Margareth Menezes em eventos; ela nega conflito de interesses

CAIO SPECHOTO
BRASILIA

A cantora e ministra da Cultura, Margareth Menezes, fechou contratos para fazer shows bancados por recursos públicos, o que contraria princípio da Comissão de Ética da Presidência da República. O colegiado analisa situações de conflito de interesses de ministros e servidores do governo federal e veda casos em que as autoridades misturem assuntos privados com públicos. A pasta de Margareth é responsável por aprovar incentivos fiscais que custeiam eventos culturais no País.

Margareth se apresentou no carnaval de Porto Seguro, na Bahia, no fim de fevereiro de 2023, com cachê pago pela prefeitura. Antes, também fez show de pré-carnaval em João Pessoa. Segundo informações prestadas pela própria ministra, o evento era bancado por verba pública.

A Comissão de Ética chegou a autorizar os shows, mas deixou claro em uma das decisões que Margareth não poderia receber dinheiro de nenhuma instituição pública. Procurada, a minis-



Margareth afirma que contratos foram fechados antes da posse

tra informou, por meio de sua assessoria, que todos os compromissos foram feitos seguindo as recomendações da Comissão de Ética e, para ela, não geram conflito de interesse.

Margareth foi anunciada ministra da Cultura pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 22 de dezembro de 2022. Assumiu em 2 de janeiro. Uma semana depois, enviou à Comissão de Ética da Presidência questionamento se podia cantar em shows que havia acertado antes de entrar no governo.

Nessa consulta, ela informou que todos os shows eram pagos com recursos de empresas priva-

das. Embora tenha justificado que foram contratados "bêntes" de virar ministra, três eventos foram fechados depois de ela já ter sido anunciada para o cargo. No dia 23 de dezembro de 2022, foi assinado contrato para show em João Pessoa. No dia 28, acordo fechado com a prefeitura de Porto Seguro previa apresentação no carnaval da cidade em 2023. Os dois contratos tinham dinheiro público envolvido. Outro, assinado também em 28 de dezembro de 2022, era para show no Rio, mas bancado com dinheiro privado.

Margareth fez duas consultas à Comissão de Ética. Ambas fo-

ram analisadas numa mesma sessão, em 28 de fevereiro de 2023, mas as decisões indicam uma divergência que a comissão, procurada pelo *Estado/Broadcast*, não esclareceu.

A primeira consulta, de 11 de janeiro, foi relatada pelo conselheiro João Henrique Nascimento de Freitas. Nela, Margareth apresentou Lista de shows e sustentou que todos eram eventos privados. O relator entendeu que não havia conflito de interesses e autorizou a realização dos shows. Mas deixou claro que ela não poderia receber recursos públicos. "A consultante deve se abster de receber remuneração, vantagens ou benefícios dos entes públicos de qualquer esfera de Poder, inclusive aqueles recursos oriundos das leis de incentivo à cultura", escreveu o relator.

Em 20 de janeiro, ela apresentou novo pedido para cumprir contratos que envolviam dinheiro público. A solicitação ficou com outro relator, o conselheiro Edson Leonardo Dalescio Sá Teles. Ele votou para autorizar a realização de shows já marcados e vedar o recebimento de cachês pagos com recursos públicos em contratos futuros.

DIVERGÊNCIAS. Mesmo com as afirmações conflitantes dos dois relatórios, a Comissão de Ética aprovou os dois textos na mesma reunião. O extrato da ata com as decisões explicita a divergência. Em relação ao primeiro processo fala em "vedação ao recebimento de remuneração originado dos entes públicos". No segundo caso, a restrição é "em eventuais contratações futuras".

No caso do contrato com a prefeitura de Porto Seguro, quem assina é a empresa Pedra do Mar Produções Artísticas Ltda., registrada em nome de Margareth Menezes e Jaqueline Matos de Azevedo, quem efetiva-

mente assinou o acordo. O cachê previsto foi de R\$ 300 mil.

O contrato com a prefeitura estipulava penalidades para a empresa em caso de descumprimento do acordo, como multa de 50% do valor do contrato e impedimento de celebrar acordos com o município, além de ser declarada inidônea para participar de licitações ou contratos da administração pública.

De acordo com Suzana de Camargo Gomes, ex-integrante da Comissão de Ética, a ministra correu um risco ao realizar os shows sem a autorização prévia do colegiado. "Não é que ela (Comissão de Ética) obrigue a não fazer. Só que, se for descumprido, isso gera consequências. As consequências podem ser a censura, por exemplo." Essa censura não é vinculante a uma punição, tem um "caráter moral", nas palavras dela. Ou seja, causam desgaste político.

Norma Comissão de Ética veda casos em que autoridades misturem assuntos privados com públicos

A assessoria de imprensa do Ministério da Cultura disse que os contratos mencionados foram fechados antes da posse de Margareth e não há conflito de interesse. "Ainda que os contratos artísticos fossem firmados posteriormente ao convite ou à sua posse, não haveria impedimento legal, observadas as vedações constantes da lei e do Código de Conduta da Alta Administração, referendados pela Comissão de Ética Pública", diz o ministério em nota.

A pasta sustenta que em 2024 "não houve contrato firmado com recursos públicos, até o momento", mas não fez referência aos shows bancados com recursos públicos em 2023. ●